



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA INDEPENDENTE DURANTE OS GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964): DISCURSOS E AÇÕES EM BUSCA DA AUTONOMIA

ALANA MARIA RIBEIRO SILVA

**GRAVATÁ
2024**

ALANA MARIA RIBEIRO SILVA

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA INDEPENDENTE DURANTE OS GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964): DISCURSOS E AÇÕES EM BUSCA DA AUTONOMIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEDATec) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador(a): Lucas Mariani Corrêa

GRAVATÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p

Ribeiro Silva, Alana Maria

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA INDEPENDENTE DURANTE OS GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964): DISCURSOS E AÇÕES EM BUSCA DA AUTONOMIA / Alana Maria Ribeiro Silva. - 2024.

36 f. : il.

Orientador: Lucas Mariani Correa.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2024.

1. Política externa brasileira. 2. Governo Jânio Quadros. 3. Governo João Goulart. I. Correa, Lucas Mariani, orient. II. Título

CDD

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALANA MARIA RIBEIRO SILVA

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA INDEPENDENTE DURANTE OS GOVERNOS DE JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964): DISCURSOS E AÇÕES EM BUSCA DA AUTONOMIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura Plena em História do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em História.

Aprovada em 09 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Lucas Mariani Corrêa

Presidente e Orientador(a)

Tasso Araújo Brito (UFRPE)

Examinador(a)

Tiago Viotto da Silva (UNESP)

Examinador(a)

RESUMO

A proposta de pesquisa visa analisar a política externa brasileira durante o período que corresponde ao governo de Jânio Quadros e João Goulart considerada por muitos especialistas na área como uma política externa independente, ou seja, que não era diretamente alinhada nem aos Estados Unidos e nem à antiga União das Repúblicas Soviéticas (URSS). O interesse por esse tema se deu em razão da realização de estudos anteriores que se debruçaram sobre a política externa brasileira em um plano do cenário atual. O recorte dado à presente pesquisa ocorre devido à peculiaridade desse momento em que o Brasil buscou ter mais autonomia no meio internacional e maior obtenção de barganhas com intuito de buscar desenvolver o país. O resultado esperado nessa pesquisa é que sejam revelados os caminhos e os desafios trilhados por esses governos para empreender uma política com caráter mais autônomo e universalista.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Governo Jânio Quadros; Governo João Goulart.

Sumário

Introdução.....	7
1. Governos Jânio Quadros e João Goulart no contexto doméstico	13
1.1 Contexto político geral.....	13
1.2 Governo Jânio Quadros.....	14
1.3 Governo João Goulart.....	18
2. O cenário internacional e as implicações para a Política Externa Brasileira	22
2.1 O Brasil e as potências	24
3. Política Externa Independente	25
3.1 Busca por parcerias no âmbito global.....	29
4.Considerações Finais	32
Referência bibliográfica.....	34

Introdução

O presente estudo trabalha com a temática da Política Externa Brasileira (PEB) partindo do entendimento conceitual de que a Política Externa é delineada por princípios que direcionam as ações internacionais voltadas para o ambiente externo. De acordo com Oliveira (2005) a política externa representa uma das áreas das relações Internacionais em que ocorre a ênfase sobre o papel do Estado e das suas ações.

É norteado por essas noções que o estudo pretende pesquisar sobre a Política Externa Independente implementada pelos governos Jânio Quadros e João Goulart que atuaram politicamente no sentido distinto dos governos anteriores que se alinhavam diretamente com os Estados Unidos e cediam às pressões hegemônicas. Desta forma, a pesquisa ancora-se na problemática das ações que tais presidentes tomaram para imprimir a formulação da política externa engendrada na busca pela independência.

Nesse sentido, de início é necessário esclarecer alguns conceitos presentes ao longo da discussão e esses conceitos são; universalismo e americanismo. Alguns estudiosos distinguem os alinhamentos da política como sendo universalista, ou seja, que faz parcerias mais amplas e multilaterais com outros países ou pelo viés americanista que grosso modo significa dizer um alinhamento mais direto com os Estados Unidos. E cabe ressaltar que em geral, historicamente o Brasil tangenciou a política externa para o viés americanista.

No plano internacional, os Estados Unidos conseguiram se colocar como uma grande potência mundial e no cenário de disputa de hegemonia no contexto internacional conhecido como Guerra Fria, (com embates indiretos contra a antiga URSS), muitos países se alinhavam ao grande líder capitalista como forma de obter proteção e relações comerciais crescentes. Nesse contexto de preeminência americana, os países da América Latina, incluindo o Brasil, faziam parte do projeto de poder dos Estados Unidos numa espécie de processo de subordinação estratégica.

No âmbito das relações estabelecidas entre os dois países tem-se que ainda que por vezes o Brasil buscasse barganhas com outros países potencialmente relevantes (sobretudo durante o governo de Getúlio Vargas que soube negociar o apoio do Brasil aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial), em geral, a política externa brasileira se mostrou alinhada aos Estados Unidos. E fez esse alinhamento

sem estabelecer muitas condições. Isso porque era interesse de ambos os países que as relações fossem amistosas e desta forma, o Brasil seguia pela dependência.

No entanto, durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, o Brasil ensaiou uma espécie de busca por autonomia sobre os Estados Unidos à medida que buscou aproximações com alguns países rivais da grande potência que se mostravam críticos do sistema capitalista e, além disso, primou pelos interesses da nação.

Conforme Vizentini (1994), essa postura mais autônoma já vinha sendo ensaiada por alguns governos anteriores, mas foi nesses governos em análise que essa postura se firma e as manobras políticas tomam um caráter mais instrumental em relação a busca por benefícios.

Desta forma, o relacionamento especial com os Estados Unidos (que não davam uma contrapartida significativa para o Brasil) foi de certa forma revisto durante os governos desses dois presidentes que, diferentemente, dos anteriores foram bem mais ousados no âmbito da busca por defender os interesses nacionais. Sendo assim, vale ressaltar que antes de tais governos, as relações já haviam passado por alguns desgastes em relação a essa quase “fidelidade”. Isso por que o Brasil não estava conseguindo obter vantagens e enxergava a possibilidade de estreitar novos laços diplomáticos para conseguir fomentar o aumento das relações comerciais (Manzur, 2014).

Dada a explanação geral desse contexto, o presente estudo justifica-se ante a necessidade de explorar a história do Brasil em relação à política externa brasileira visto que no âmbito da História, essa temática sobre o Brasil (dentro do cenário externo) ainda é pouco estudada e muitas vezes mais explorada no campo das Relações Internacionais. Faz-se necessário realizar mais pesquisas históricas que consigam destrinchar por meio das fontes, esse momento da história do país. Momento que demonstra peculiaridades no sentido de um impulso de busca por mudanças nas orientações da política externa brasileira em meio a um contexto externo peculiarmente polarizado.

Levando em consideração os elementos destacados acerca dessa política o presente estudo aborda de forma delimitada o início do governo Jânio Quadros até o final do governo João Goulart o que engloba os anos de 1961 a 1964. Esse período politicamente conturbado é marcado por crises que desencadeiam em um golpe político. Em razão disso, dá-se início ao panorama que institui a ditadura no Brasil com o regime autoritário. Em relação a tais governos tem-se como foco as relações

estabelecidas e as decisões centradas na busca pelo desenvolvimento nacional. Assim, a pesquisa empreendida busca contribuir para o entendimento das movimentações dadas por tais governos para ensejar uma política externa mais autônoma.

Além dos aspectos elencados que justificam a pesquisa, acrescenta-se o fato do tema envolver um período relativamente atual para o campo da História. Esse período abrange um momento cujo contexto remete às crises internas e à mudança de regime político que ocasiona mudanças no país à medida que ocorre não só um golpe político, mas também dispõe de sucessivas violações aos direitos humanos devido às práticas repressivas do regime autoritário.

Pode-se dizer que os estudos históricos voltados para períodos mais recentes são um pouco mais escassos no campo da História, e por isso, essa pesquisa ainda que sucinta, também visa contribuir com a produção de estudos acadêmicos referentes ao período republicano na esteira da linha da História Política, uma linha que, aliás, precisa ser mais desbravada pela História.

É sob as luzes dos aportes teóricos da História e das Relações Internacionais (uma área muito interligada com a História) e dos estudos sobre política externa brasileira que se pretende acurar os elementos em torno do tema. Nesse sentido, este está envolto na vertente dos estudos de História Política que se debruça sobre os atores estatais com suas diretrizes norteadoras, tomadas de decisões políticas e as disputas envolvidas nesses processos de decisões. Para isso, faz-se uma reconstituição dos contextos e cenários políticos internos coadunados com os contextos externos.

A pesquisa tem o objetivo de analisar a política externa brasileira independente ocorrida durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart em que foi possível perceber ações e decisões que direcionavam tais políticas para abertura de parcerias e para o desenvolvimento nacional. Os objetivos específicos são: Analisar os principais preceitos e diretrizes que historicamente nortearam a política externa brasileira; Deslindar como historicamente se processou o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos; Pesquisar sobre o contexto histórico referente aos governos de Jânio Quadros e João Goulart; Averiguar as parcerias estratégicas estabelecidas entre o Brasil e demais países durante tais governos; Investigar os caminhos percorridos e os desafios enfrentados pela política externa brasileira independente ante o cenário interno e externo.

Isso posto, para obter o aprofundamento nessa temática e chegar a tais objetivos é preciso mergulhar nas contribuições analíticas de autores que buscaram pesquisar com afinco a Política Externa Independente (PEI) - que contempla os governos de Jânio Quadros e João Goulart - considerada por muitos analistas como governos que não tiveram alinhamentos diretos com os Estados Unidos uma vez que se primou pela universalização das relações internacionais e por isso é dada essa definição de política independente.

Cabe destacar alguns estudos que fazem contribuições importantes para a pesquisa empreendida. Autores como Clodoaldo Bueno e Amado Cervo (2002) interpretam esse momento da política externa brasileira como sendo um momento de busca de maior liberdade para buscar os seus parceiros de forma mais autônoma. Essa visão acaba preponderando em grande parte dos estudos que se voltam para a interpretação dessa política.

Alguns desses autores são direto ou indiretamente citados nesse estudo, outros aqui explanados foram fundamentais em termos de referencial teórico para conduzir a construção da interpretação sobre a PEI, pois teceram diálogos analíticos com perspectivas diversas sob os mais variados aspectos.

A análise feita por Clodoaldo Bueno e Amado Cervo apresenta elementos gerais sobre como a PEI ocorreu, ou seja, os autores elencam os principais aspectos ligados a essa política, os principais acontecimentos, atores e ações tomadas que acabam enquadrando tal política como independente. A leitura do livro; *A História da Política Exterior do Brasil* é, portanto, uma leitura importante para os que pesquisam essa temática, pois esses autores apresentam estudos com percepções consistentes sobre a política externa brasileira. Outro livro fundamental para se debruçar sobre a temática, e por isso utilizado nesse estudo, é o de Henrique Altemani de Oliveira, *Política Externa Brasileira (2005)* que interpreta a Política Externa Independente (2005) como algo que estava mais centrado dentro da retórica e dos discursos de Jânio e Jango, mas que ainda assim teve repercussões importantes em termos de reorientações.

Sob outro viés, conforme as análises de Lessa (2023), esse período que envolve a política externa brasileira independente não é tão estudado nos campos da História e das Relações Internacionais como deveria, com isso ainda falta realizar pesquisas sobre aspectos mais específicos desse contexto. Seus estudos se voltam de forma mais específica para análises e debates historiográficos sobre os elementos

diplomáticos que envolvem a política externa brasileira (entre os anos de 1945 a 1964), e em razão do viés histórico, os estudos desse autor são considerados relevantes para a presente pesquisa. Lessa (2023) faz levantamentos bibliográficos de pesquisas com temáticas abrangentes sobre a política externa e aponta quais trabalhos se mostram fundamentais para entender esse período, o qual ele define como República Liberal-Democrática. Na visão de Lessa (2023) muitas das produções científicas voltadas para essa temática não fizeram os devidos aprofundamentos sobre as fontes documentais.

É no livro: *Política Externa Brasileira: História e Historiografia*, organizado por Gelson Fonseca Júnior, que Lessa (2023) expõe as principais versões sobre a política externa brasileira. Essa obra consegue agrupar os principais nomes dos analistas em política externa e também faz um apanhado sobre os diversos períodos da história do Brasil na esfera externa.

O livro de Gelson Fonseca Júnior, “A legitimidade e outras questões internacionais: Poder e Ética entre as Nações”, também é um livro importante uma vez que apresenta diversos elementos que balizaram a política externa brasileira. Neste livro, Fonseca Júnior discute sobre o contexto da Guerra Fria e as atuações da política brasileira ante o cenário político internacional que se mostrava polarizado. Entender o contexto exterior é de suma relevância para compreender as ações da política exterior brasileira, e o livro contribui justamente por explicar esses cenários.

Em relação às produções acadêmicas, alguns trabalhos merecem destaque; como a dissertação de Aline de Vasconcelos Silva, intitulada como: *O projeto Nacionalista de João Goulart; Análises dos Discursos de 1961 a 1964*. Essa pesquisa é interessante pois a autora se debruça pelos discursos políticos presidenciais e dos *chancelers*. Esse trabalho acadêmico, com cunho historiográfico, toma esses discursos como fontes e é em razão disso que essa pesquisa deve ser escrutinada, pois mostra o quanto os discursos ajudam a interpretar as ações e decisões no âmbito político.

Outra dissertação centrada no campo da História é a de Charles Sirdata Machado Domingos; “A Política Externa Independente é notícia; o reatamento das relações diplomáticas com a antiga URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961)”. Essa dissertação também é interessante do ponto de vista metodológico pois mostra a realização de um trabalho que tem os jornais como fontes. Além disso, a pesquisa revela de que maneira uma parte dos meios de comunicação

enxergava a forma como a política externa brasileira estava sendo conduzida naquele momento.

No que diz respeito aos artigos acadêmicos, as produções são mais extensas e menos relacionadas ao campo da História, ou seja, muitos dos artigos voltados para essa temática estão mais alinhados ao campo das Relações Internacionais. Destaca-se então o artigo de Tânia Maria Manzur; “Opinião Pública e Política Externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico”. Tem-se por meio da leitura desse trabalho a oportunidade de ver um dos importantes estudos sobre a PEI que aprofunda o papel da opinião pública nos rumos da política externa brasileira. Esse papel é de fato relevante visto que, em geral, a opinião pública acaba tendo grande influência para a tomada das decisões políticas.

O artigo do diplomata Hélio Francini Neto; “A Política Externa Independente em ação: a Conferência de *Punta del Este* de 1962”, possui uma discussão mais focada na importância da Conferência de *Punta del Este* e a sua análise mostra muito da sua percepção diplomática acerca do jogo de interesses presente nessa Conferência.

Por fim, o artigo de Lucila Delgado; “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”, é um artigo que não perscruta precisamente sobre a política externa, mas é um estudo que vale a pena ser analisado visto que apresenta o panorama do contexto de crise na política interna. O contexto explanado é importante para entender as relações existentes entre a política doméstica e a política externa bem como os desdobramentos dessa crise que redundaram no golpe político em 1964.

Dadas essas considerações, para compreender os processos políticos e as dinâmicas presentes na política externa brasileira entre 1961 a 1964 em uma vertente de busca de diversificação das parcerias para a obtenção do desenvolvimento nacional busca-se nas fontes os elementos que norteiam a política externa desse período. Desta forma, a pesquisa qualitativa se debruça sobre os documentos, discursos e notícias que envolvem essa política e sobre as pesquisas interdisciplinares (em diálogo com as Relações Internacionais) realizadas por outros pesquisadores.

As fontes primárias tais como os documentos disponibilizados no sítio do Ministério das Relações Exteriores que divulgam os movimentos, os acordos e os discursos estabelecidos durante o período dos referidos governos são objetos de análise. Além disso, alguns jornais da época são consultados e analisados. As fontes secundárias constam de textos analíticos desenvolvidos por especialistas em política

externa (alguns destes disponibilizados digitalmente pela Hemeroteca Digital Nacional, Biblioteca e arquivos nacionais).

O sítio do Ministério das Relações Exteriores, bem como o da Fundação Alexandre de Gusmão são os locais onde se encontram os discursos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Esta Fundação publicou os documentos (entrevistas, discursos, comunicados, declarações minutas) referentes à Política Externa Independente, e publicou ainda uma seleção dos discursos do presidente João Goulart e dos representantes diretos do governo nas questões externas.

Esses documentos e discursos são analisados com o intuito de perceber os principais elementos e viés referentes a composição dessa política e por vezes serão referenciados, pois ainda que sejam importantes, o foco metodológico não recai para uma análise do discurso minuciosa que busca escrutinar os sentidos presentes em cada discurso. A averiguação serve para entender as orientações da política externa independente.

Com os devidos cuidados e críticas em relação ao papel da imprensa como fonte, a pesquisa partirá de consultas jornais e revistas que circulavam durante esse período. Ao buscar os registros é preciso atentar as peculiaridades, as pluralidades e intencionalidades das interpretações dos acontecimentos políticos abordados por tal imprensa. O viés dessas fontes de informação dá noções sobre a forma como a conjuntura política da época estava sendo vivenciada e interpretada. Tais fontes são essenciais para uma compreensão mais ampla sobre a política externa.

Por fim, além dessa introdução que apresenta vários elementos acerca da temática, há ainda o capítulo 1, que se debruça sobre o contexto doméstico e os acontecimentos envolvendo o governo de Jânio Quadros e João Goulart, o capítulo 2, que explora o cenário internacional da Guerra Fria e as implicações desse cenário para a política externa brasileira. E por último, o capítulo 3 analisa os contextos, as ações e as direções que nortearam a Política Externa Independente (PEI).

1. Governos Jânio Quadros e João Goulart no contexto doméstico

1.1 Contexto político geral

A presente discussão acerca do contexto doméstico se torna imprescindível para compreender a política externa visto que política interna interage com a política

externa e assim consegue oferecer pistas sobre a dinâmica internacional e doméstica, ou seja, o interno e externo se influenciam de forma recíproca. (Cervo & Bueno (2022).

Partindo dessas considerações e debruçando-se sobre o contexto interno tem-se que de acordo com Ferreira e Matos (2014), o período da política brasileira que abrange os anos de 1945 a 1964, denominado como período republicano, foi marcado por tensões visto que vivenciou algumas continuidades do período anterior. Mas também por descontinuidades direcionadas para a construção de uma democracia representativa e para a construção da busca por direitos. Isso sob efeito das influências do pensamento dos ideais da esquerda na política brasileira.

Nessa descontinuidade, assinala-se o fato das eleições se tornarem menos controladas e, por conseguinte, mais competitivas no sentido de apresentar partidos políticos com definições ideológicas mais delimitadas. Nessas definições é possível perceber as delineações do projeto nacional desenvolvimentista e as crises políticas que se constituíam para reconhecer as vitórias dos processos eleitorais e execução do governo.

Na avaliação de Ferreira e Gomes (2014) os processos eleitorais ao longo desse período foram tensos, pois as disputas entre varguistas e udenistas (adeptos do partido da União Democrática Nacional) foram marcadas por desconfianças e pelo descrédito em relação ao resultado das eleições. Isso ocorreu na eleição de Vargas e na eleição de Juscelino Kubitschek, no entanto a eleição de 1960 pareceu mais tranquila (em certos aspectos) e trouxe para a disputa presidencial Jânio Quadros. Este era governador do Estado de São Paulo e apresentava discursos sobre a economia por vezes alinhados ao liberalismo.

1.2 Governo Jânio Quadros

Jânio Quadros conseguiu vencer a eleição mesmo pertencendo a uma coligação de pequenos partidos e com base partidária de centro-direita. Nesse mesmo processo eleitoral, presidente e vice-presidente eram eleitos de forma separada e João Goulart, um adversário de Jânio Quadros, conseguiu se eleger de forma direta à vice-presidência do país.

Em seu discurso de posse Jânio explana o posicionamento que pretendia adotar em seu governo; "Candidato, não revidei; presidente não tenho paixões a comprar nem adversários a alcançar. Derrogarei até o limite extremo das minhas forças a

contrafacção do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis (Jânio Quadros, 1961).

Com tal discurso Jânio usava falas que endossavam a ideia de lutar contra a corrupção do país e com isso visava atingir a todas as camadas da população. Segundo Schawrcz e Starling (2015), a campanha de Jânio Quadros teve como símbolo uma vassoura, onde nos comícios ele afirmava que iria varrer a corrupção do país fazendo então uma varredura moral e administrativa. Nesse contexto político, o país possui marcas da política tradicional em que oligarquias regionais dominaram por longo tempo. E foi com base nos discursos de ruptura e ao mesmo tempo conservador que Jânio conseguiu convencer os eleitores.

De acordo com Queler (2008) essa e tantas outras ações com caráter populista, ou seja, com o uso da mistificação da imagem política por meio de propagandas, ele acabou sendo enquadrado pelos analistas políticos com uma liderança personalista. Ele buscou incutir a ideia de que era um político independente no sentido de não está atrelado aos grupos políticos dominantes do país. O propósito era transmitir a imagem de um político popular, defensor da família e da moral, uma pessoa comum e ao mesmo tempo, um administrador público eficiente. Na verdade, havia a tentativa de dissociar a imagem política de Jânio Quadros aos partidos políticos que atuavam na arena política.

Para esse pesquisador que analisa vários aspectos ligados à imagem política de Jânio Quadros; essa faceta humana de JQ, com suas explosões emocionais à mostra, muitas vezes vem carregada com conotações relativas às transformações políticas. Esse ângulo da imagem de JQ, contudo, era constantemente tratado como loucura ou falta de controle por seus adversários e inimigos (p.222).

Em relação as ações implantadas no âmbito da política interna, as medidas adotadas foram peculiares ao ponto de chamar atenção. Também chamou atenção o fato de Jânio Quadros ter se encontrado com o ministro de Cuba, Guevara, uma vez que o discurso de Jânio destoava dos discursos do líder revolucionário.

No plano econômico, o governo Jânio lidava com o cenário de crise advindo das decisões do governo anterior e por não conseguir manter estabilidade através de medidas. Por meio da notícia exposta no jornal Correio da Manhã (um jornal impresso de grande circulação no Rio de Janeiro com linha editorial de cunho liberal) do ano 1960 da edição 20486 é possível ter uma noção sobre o contexto econômico desse período. Esse contexto foi afetado por índice de inflação elevado que gerou

repercussões sobre o custo de vida e sobre o salário-mínimo. Percebe-se então que o texto expressa as insatisfações acerca da questão salarial em face do contexto da crise econômica que acometia o país.



PROCESSO INFLACIONÁRIO REDUZ VALOR REAL DOS SALÁRIOS

A direção da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais enviou ao presidente da República o seguinte telegrama:

"A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais aplaude a decisão de V. Exa. de dedicar o ano recém iniciado à recuperação da moeda, visto o processo inflacionário estar reduzindo, sistematicamente, o valor real dos salários, sem que os reajustamentos sucessivos consigam preservar a paridade da remuneração. Solidários com o esforço presidencial de acelerar o desenvolvimento nacional, entendemos, porém, que o progresso brasileiro não pode ser alcançado custa do bem estar dos trabalhadores, sobre cujos ombros recai presentemente, os ônus do programa de investimentos. Por isso mesmo pedimos vênias para afirmar que o direito de greve e a liberdade sindical constituem direitos inalienáveis dos trabalhadores, como proclamou o VIII Congresso Nacional de Jornalistas, cobrando ao governo respeitá-los, rechaçando as tentativas das forças obscurantistas historicamente superadas, empenhadas em silenciar as reivindicações trabalhistas. Formulamos votos de êxito ao seu governo na luta contra o subdesenvolvimento, a favor da elevação do nível de vida do povo brasileiro, a) Marcelo Coimbra Tavares, presidente."

1.3 Governo João Goulart

Com a renúncia de Jânio Quadros após sete meses no poder, a sucessão legal do cargo, prevista na Constituição, cabia a João Goulart, que passou a ser o 24^a presidente do Brasil quando tomou posse no dia 07 de setembro de 1961. Ele possuía experiências em cargos políticos como de; deputado federal, ministro de Estado (ministro do trabalho no segundo mandato de Getúlio Vargas e vice-presidente do governo de Juscelino Kubitschek.

Cabe destacar que enquanto ministro de Vargas, ele projetou planos para estabelecer reformas de base e aumentou o salário-mínimo em 100%, tipos de ações que desagradavam os interesses da elite econômica do país. Por tais razões, Goulart se tornava um entrave para os setores econômicos contrários aos movimentos trabalhistas e a quaisquer mudanças nas estruturas de poder. Por isso, que para assumir a presidência houve tantas resistências, e foi preciso que os setores populares e os sindicatos - articulados com Leonel Brizola - se organizassem para que se cumprisse os preceitos constitucionais que garantiam a posse do vice. A organização desse movimento ficou conhecida como “Campanha da Legalidade”. A convocação das manifestações visava movimentar a população para defender a legalidade do processo sucessório.

Nesse cenário de desconfianças quanto aos seus planos e projetos, Jango teve de enfrentar crises políticas que redundaram na mudança do sistema que, de presidencialista passou a ser parlamentarista. Assim, havia um conselho de ministros que tomavam as rédeas políticas com a devida aprovação do Congresso Nacional com arranjo voltado para uma solução intermediária. Sendo isso uma manobra política com o propósito de ser uma tentativa para limitar os poderes de Goulart que tinha uma imagem política atrelada ao comunismo e vários grupos das elites civis e militares contra o governo.

Sendo assim, nesse período em questão, a oposição militar não teve força suficiente para impedir a posse. A saída era, portanto, limitar o poder decisório do presidente Goulart e acabar amenizando as desconfianças políticas em relação ao governo. Essa saída foi uma das maneiras de não desestabilizar por completo a ordem político-institucional que já estava bastante fragilizada.

De acordo com a análise de Toledo (2004, p. 17) “o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado”. Em sua visão, a renúncia de

Jânio Quadros significou uma tentativa golpista, pois o que de fato visava era o fechamento do Congresso que fazia fortes oposições ao seu governo. Nesse sentido, o golpe de Jânio acabou sendo frustrado, pois a população não saiu às ruas pedindo o seu retorno. Assim, Toledo conclui que; “A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso Nacional pela junta militar pode ser interpretado como um ‘golpe branco’ (p.17).

Na interpretação do pesquisador, é apenas em 1963, quando ocorre a derrota do regime parlamentarista que João Goulart, de fato, começa a governar. De 1961 a 1962 foi pela via parlamentarista, e de 1963 a 1964, pela via do sistema presidencialista. Foi por meio de votação do plebiscito - realizado no dia 06 de janeiro de 1963 - que os eleitores decidiram de forma expressiva (em termos de maioria) retomar o presidencialismo. Nesse período em que o parlamentarismo vigorou, a atenção e os esforços de Goulart estiveram focados na retomada do presidencialismo.

Nesse período parlamentarista (menos de dois anos), não foi possível obter realizações significativas para os projetos políticos e econômicos. Com essa retomada, Jango tentava colocar em prática alguns dos seus projetos desenvolvimentistas - em meio a uma crise econômica que se intensificava - e carecia de reformas estruturais.

Havia pressões por parte dos grupos de esquerda mais radicais para que o país desse seguimento a realização de tais reformas de base e quando essas ações se tornavam mais concretas ocorria de ter que agradar uns setores e por outro lado desagradar outros, sobretudo, os grupos de direita que possuíam interesses diversos.

Conforme explicam Ferreira e Gomes (2014) a coalização direitista não era homogênea e tinha pensamentos e propósitos diversificados. Ao longo do mandato, Jango foi criticado pelos grupos de esquerda que almejavam que este se desvinculasse das relações próximas com alguns partidos não alinhados aos ideais da esquerda. Os grupos queriam que Jango tivesse posicionamentos políticos mais delimitados e isso, incluía, evitar alianças políticas com o PSD. A política de tentativa de conciliação com alguns grupos da direita causava insatisfações aos grupos da esquerda. A dificuldade em estabelecer uma contundente coalização governista foi sentida desde o início do governo e acabava se intensificando.

Como tentativa de buscar solucionar os problemas político econômicos, o governo Goulart implantou o Plano Trienal que visava combater o aumento da inflação e colocar em ação as reformas de base. Do ponto de vista econômico, o governo Goulart basicamente intencionava dar continuidade ao projeto nacional

desenvolvimentista de Vargas que pretendia tirar o Brasil da condição de dependente em relação ao exterior. Para ter estabilidade era necessário controlar a inflação, pois esta além de diminuir o poder de compra da população, também minava a confiança dos investidores.

Sendo assim, o Plano Trienal apresentou medidas recessivas e visava implementar políticas monetárias e fiscais e com isso gerar o desenvolvimento econômico e social capaz de diminuir as desigualdades sociais. Essa abordagem integrada refletia a visão do Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado e do Ministro da Fazenda Francisco San Tiago Dantas, que o crescimento econômico deveria ser acompanhado por políticas que garantissem uma distribuição mais equitativa dos benefícios e oportunidades (Toledo, 2004).

De acordo com a análise de Silva (2012) desde quando assumiu os diversos cargos até a sua chegada ao poder como presidente da república, as ações e os discursos - com teor nacional trabalhista - de Goulart estavam centrados nas ideias defendidas pelo partido e ancorados na figura de Getúlio Vargas. Nesse sentido, a pesquisadora também aponta que tais discursos enfatizavam as reformas de base e, desta forma, não conseguia oferecer “uma nova carta na manga”, ou seja, novas saídas para solucionar os problemas que se agravavam (p.12). Acerca disso, Silva (2012) também analisa que a ligação e associação muito direta da figura de Jango com a figura de Vargas por vezes não era benéfica para a imagem do presidente já que Vargas ao longo de sua trajetória colecionou muitos adversários de peso e relevância no espectro político que ainda se faziam presentes e atuantes.

Os discursos acerca das reformas eram reiterados, no entanto a viabilização dessas reformas não era uma tarefa facilmente atingível. Outro ponto destacado nessa retórica e visto como uma necessidade de mudança era a questão das regulamentações financeiras em torno do capital estrangeiro, no sentido de discipliná-lo. Todavia esse também era um elemento difícil de ser modificado posto que a situação econômica fragilizada por crises não dava aberturas para decisões cujo impacto atingisse os interesses de muitos atores.

Segundo Silva (2012) desde quando era vice-presidente da república, Goulart -durante o governo de Jânio Quadros -, já tinha em mente o planejamento dessas reformas. É possível então perceber a importância desses projetos em termos de direções políticas e como saída para os problemas sociais mais urgentes. Outro aspecto percebido pela autora em sua análise profícua dos discursos de Goulart é a

associação que este fazia da realização das reformas com a obtenção da “paz social” no país. Assim, Goulart expressa suas ideias políticas¹;

O que interessa ao Brasil são as reformas que nos tragam tranquilidade e paz social, e aqui repito, sob o testemunho insuspeito dos trabalhadores, que desejamos verdadeiramente essa paz e essa tranquilidade. Estou convencido de que nenhum país terá paz social se repousar sobre a miséria das classes operárias e a infelicidade dos mais humildes. Não sei se aqueles que combatem a reforma desejam realmente a paz social. Deus e o tempo se encarregarão de demonstrá-lo. (Goulart, J, 1962).

O desfecho do governo Goulart ocorreu com o estabelecimento do golpe processado por muitos setores fartos das insustentáveis crises e com a relação com os Estados Unidos estremecida. Acrescenta-se o fato de que este país prontamente reconhece o novo governo instaurado. Na visão de Toledo (2014) o golpe estancou a democracia expressada diante da busca para aumentar a cidadania. Dado o golpe civil-militar, o Brasil vivencia o período marcado pela ditadura militar e pelo aparato repressivo.

Frente a esse contexto interno que impacta externamente, a política externa brasileira novamente passa novas configurações no que tange as relações internacionais. Gehre (2019) avalia que houve um recuo dos ganhos obtidos tanto no que tange à democratização interna como também houve o recuo em relação à política externa independente.

De acordo com Castilho (2014, p. 59) após instauração do golpe; simultaneamente, porém diplomatas mais exaltados ligados à PEI foram compulsoriamente aposentados ou colocados na geladeira (transferidos para postos secundários). Nesse sentido, depois do golpe houve mudanças políticas e recuos em termos de orientação da política externa uma vez que houve mudança de governo, mas a despeito disso algumas ideias da PEI ficaram sedimentadas. Por fim, na análise de Khalil e Alves (2014, p. 695) a PEI contava com o apoio de boa parte dos diplomatas, ainda que o Itamaraty se mostrasse reticente em declarar abertamente que permanecia apoiando tais diretrizes. É importante destacar esse aspecto, pois o corpo diplomático - dotado

¹ GOULART, J. Desenvolvimento e independência. Discursos 2 (1962), pp. 88-89. Discurso proferido na inauguração da nova sede do Sindicato dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, São Vicente e Guarujá (SP).

de tradições², práticas e culturas – compõe um dos atores fundamentais para o processamento e condução da política externa.

2. O cenário internacional e as implicações para a Política Externa Brasileira

De acordo com o historiador inglês Eric Hobsbawm (1999), o século XX engloba fatos importantes como, por exemplo, o período entre 1914 onde foi vivenciada a Primeira Guerra Mundial, posteriormente a Segunda Guerra Mundial e o período que vai até 1991 quando houve a dissolução da URSS.

O contexto mundial havia passado em tempo recente pela Segunda Guerra Mundial que acabou reconfigurando o sistema internacional e definindo os Estados Unidos como a maior potência econômica e militar que despontava a liderança dentro desse sistema. Para se manter nessa liderança era preciso buscar neutralizar as ameaças de modo que pudesse conter os avanços da União Soviética (o maior adversário do país que ensejava o bipolarismo político-militar) e a recuperação do Japão e da Europa Ocidental faziam parte dessa estratégia de contenção.

Cumprir mencionar que esse período caracterizado por esse contexto e por essas condições foi denominado como Guerra Fria. Tal período apresentou alguns marcos temporais importantes que podem ser destacados tais como: a atrocidade do lançamento da bomba sobre Hiroshima, no Japão, fato que ocorreu no ano de 1945. Em seguida, em 1946, Churchill discursa nos Estados Unidos e em março de 1947 a Doutrina Truman foi sendo delineada.

Seguindo nessa década, o ano de 1948 foi significativo, pois ocorreu a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) que organizava as questões do continente americano. Havia a intenção de discutir questões comuns em variados aspectos referentes, à política, segurança, direitos humanos e desenvolvimento econômico. Como um espaço diplomático coordenador de políticas, a OEA tinha o intuito de buscar solucionar conflitos e estabilizar economicamente a região. Para o Brasil, essa cooperação e união em torno dos interesses regionais era uma forma de ter mais autonomia frente as potências dominantes.

² Barão do Rio Branco é patrono institucional que ajudou a construir as bases da diplomacia brasileira no que tange ao pacifismo, à parceria estratégica com os Estados Unidos e, portanto, faz parte da tradição e da memória.

Essa conjuntura que envolveu momentos marcantes vai configurar o panorama da Guerra Fria ensejada por competição e pela balança de poder entre as potências hegemônicas, EUA e URSS. Assim, de um lado havia o sistema capitalista baseado pela defesa da liberdade e do individualismo e do outro a URSS que defendia o sistema socialista que se norteava pela busca da igualdade e pela coletividade.

Além disso, as potências possuíam ideais modernizadores e os avanços científicos faziam parte da disputa traçada. A questão nuclear representava a demonstração de poder das potências que buscavam possuir as armas nucleares. Diante disso, pairava o medo de que nesse ensejo uma guerra nuclear se iniciasse (Hobsbawm, 1999).

Nesse cenário em que tais potências dominavam o sistema internacional em um clima por vezes ameno e por vezes mais ameaçador, as alianças não eram flexíveis. E assim, cada uma das potências precisava ampliar suas bases de influência para conseguir manter os controles. Em contrapartida elas ofereciam apoios e auxílios de ordens econômicas e financeiras aos países parceiros. A atuação internacional era marcada pela busca por conexões voltadas para parcerias comerciais e para os interesses estratégicos.

O contexto da Guerra Fria revelou tensões no que diz respeito as relações referentes à conjuntura presente na América Latina. Isso porque a revolução cubana que ocorreu em 1959 exigiu dos países periféricos da região posicionamentos contundentes que destoavam dos interesses das potências. Alguns países como Brasil e Argentina explicitaram suas opiniões acerca dos impasses e das retaliações referentes à Cuba.

O modo de enfrentamento de Cuba sobre os Estados Unidos, ou seja, demonstrado suas insatisfações em relação as ingerências destes na região e, ao mesmo tempo, vislumbrando mais autonomia causava desconfortos já que Cuba não buscava manter os laços mais próximos com a potência americana. Devido essas tensões, as atenções dos países da região estavam voltadas para acompanhar o desenrolar das relações entre Estados Unidos e Cuba, pois esses desgastes impactavam de uma forma geral. O impacto foi sentido à medida que os Estados Unidos reorganizavam suas estratégias de atuação na região onde inclusive restringia apoios econômicos e incitava golpes na América Latina em países politicamente mais instáveis tal como ocorreu no Brasil com o golpe perpetrado contra João Goulart.

Ao longo dos impasses entre Cuba e os Estados Unidos, o Brasil tentou resistir às pressões e manter uma postura por vezes neutra ou moderada em relação a tais problemáticas. E assim buscou fazer prevalecer o respeito aos princípios presentes nas diretrizes da política externa, de não intervenção, aceitando, portanto, as orientações e decisões tomadas por Cuba. Nesse sentido, em termos de discursos, enfatizava o caminho da negociação para a solução dos conflitos e da cooperação como meio para que os países da região alcançassem o desenvolvimento.

2.1 O Brasil e as potências

Feita essa análise, no que tange as relações do Brasil com as potências dominantes tem-se a partir do estudo realizado por Caterina (2019), o entendimento de como foi sendo construída as relações entre o Brasil e o bloco soviético. Essas relações foram sendo estabelecidas ao longo dos anos, mesmo em meio aos receios comunistas incrustados em uma parcela política do Brasil.

O isolamento em relação à URSS se mostrava contraproducente e por isso o ideal era estabelecer aproximações em segmentos básicos e estratégicos e se utilizar dessas conexões para barganhar com a outra potência que à época era os Estados Unidos. Essa aproximação com teor pragmático em torno dos interesses econômicos se deu também por meio de visitas que tanto Jânio Quadros como João Goulart fizeram enquanto exerciam cargos políticos.

Diante desses aspectos, na avaliação do pesquisador, os interesses entre Brasil e URSS eram de médio e longo prazos e iam além da expansão comercial, já que a relação com o bloco socialista poderia impulsionar a industrialização brasileira. Cabe lembrar que nessas relações de parcerias, o fator comercial costuma ser fulcral, mas essa aproximação visava extrapolar tal fator.

Nesse sentido, “a possibilidade de assistência técnica, transferência de tecnologia e financiamentos em projetos na área energética animou diversos governos brasileiros dos mais variados matizes ideológicos” (p. 24). A questão energética e nuclear figurava como possibilidade real de ganhos mútuos e isso era motivo para a URSS continuar com as suas investidas, pois enxergava o potencial geoestratégico do Brasil.

Havia alguns pontos convergentes em torno de direções sobre desenvolvimento, desarmamento e descolonização. Caterina (2019) explica que: “seja nas cartas trocadas entre Quadros ou Goulart com Khrushchev, ou no âmbito multilateral, esses

assuntos se revelaram relevantes, principalmente nos períodos em que o Brasil buscava maior protagonismo internacional” (p.32).

Tais temas carregavam certo ineditismo dentro da política externa brasileira, até porque, o país não possuía tanto destaque internacional para influenciar nessas questões. Mas, ainda assim mostrou certo posicionamento no sentido de apoiar o processo de descolonização tendo que, inclusive deixar de ser completamente leal a parceiros europeus de longa data como; Portugal e França. A aproximação afro-asiática foi levando ao afastamento desses parceiros.

Porém, mesmo mantendo o posicionamento crítico em relação aos países europeus, no momento da votação na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil absteve-se de votar na proposição de reclamação sobre Angola, pois acabou cedendo aos apelos de Portugal. Em relação à França, mesmo tendo um discurso crítico, a essas questões, o Brasil também se absteve de votar favoravelmente à Argélia nas condenações à França (Oliveira, 2005)

Em relação a questão do desarmamento - uma pauta que paulatinamente foi ganhando mais força -, o Brasil seguiu na defesa de um discurso pacifista (no que diz respeito ao uso de armas com grandes potenciais de destruição) e reiterou o discurso da necessidade de haver o desarmamento de modo que pudesse haver controle capaz de dirimir riscos de amplitudes globais.

No panorama externo, ao longo dessas décadas aqui debatidas, o Brasil ainda não atuava de forma que pudesse de fato influenciar o sistema internacional e, por isso buscou se inserir nas discussões e buscar participar de forma mais preeminente. Foi então com base nisso que o país foi conseguindo modificar o seu *status* no sistema internacional.

3. Política Externa Independente

De acordo com Cervo & Bueno (2022), pode-se dizer que, em geral, a política externa brasileira manteve certo padrão e estabilidade nas suas formas de condução. Isso significa que suas linhas analíticas são se destoam tanto em relação às direções, aos princípios e valores, ou seja, ela apresenta aspectos condizentes com certas continuidades, mas, ao mesmo tempo, as mudanças de contexto no plano global fizeram com que essa política buscasse mais autonomia. Ou seja, mesmo em face de relativa

continuidade e manutenção de certos padrões, as reformulações em termos de estratégia acabam ocorrendo. Assim, o que se percebeu ao longo do tempo é que os conceitos como; universalismo, autonomia e alinhamento foram nortes para entender as bases que orientam a política externa. Ainda que alicerçada por princípios e valores, alguns posicionamentos e rumos políticos passam por reformulações, pois ocorrem inflexões que são inevitáveis frente aos cenários e novas configurações.

Assim, é nesse contexto político da década de 1960 que ocorre muitas inflexões e mudanças na arena internacional que se pode perceber as investidas estratégicas do Brasil em alargar suas parcerias e direcionar suas ações na perspectiva do desenvolvimento, tal como ocorreu nos governos de Jânio e João Goulart.

Para compreender melhor como tais políticas foram conduzidas, recorre-se aos estudos realizados por Cervo & Bueno (2022). De acordo com esses autores, a política interna de Jânio Quadros teve que lidar com as dificuldades de um cenário internacional complexo e com o cenário doméstico macroeconômico bastante delicado visto que os governos anteriores haviam deixado muitas dívidas e uma escalada inflacionária. A arena política interna é marcada por crises político-ideológicas. No âmbito interno, Jânio era alinhado aos setores conservadores, mas no caso da política externa independente trilhada durante o curto governo, Jânio Quadros (de 31 de janeiro a 25 de agosto, que marca sua renúncia), tem-se que sua política se caracterizou por apresentar aproximação com a política de desenvolvimento com o caráter nacionalista sendo, portanto, pragmático ao tecer relações visando o interesse do país, demonstrando, desta forma, não ter preconceitos ideológicos, mas ter o desígnio de buscar por mercado e primar pela atração de investimentos.

Nesse sentido, o foco recaia para o desenvolvimento e abertura de mercados mediante a expansão do comércio externo e busca por novos parceiros. A ideia de desenvolvimento com bases nacionalistas foi esboçada pelos desenvolvimentistas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Raul Prebisch. O modelo desenvolvimentista estava circunscrito à produção de bens de consumo, consumidos principalmente pela classe média.

No âmbito externo, para além das retóricas e discursos, Jânio teve algumas ações que certificam o seu posicionamento em relação à política externa. Cita-se então os episódios em que Ernesto Che Guevara e o astronauta Yuri Gagarin (que era soviético) foram condecorados. Outro aspecto importante ligado à questão do

posicionamento que reforça a postura ativa e o viés direcionado para a autonomia é a não discordância do processo de independência de Moçambique e Angola.

Em outro contexto, o momento de crise do sistema interamericano que envolvia a questão de Cuba acabou sendo favorável para que o Brasil não se comprometesse fortemente com os Estados Unidos e buscasse ter mais liberdade no cenário mundial, no sentido de também buscar ter participação nas decisões internacionais. Esse cenário que envolveu a Revolução Cubana foi muito importante, pois diante da possibilidade de se tornar um modelo de inspiração na região, os Estados Unidos precisavam se atentar e se voltar para a região da América Latina.

Outras conjunturas se revelam importantes no que tange à relação e o posicionamento desses países, pois segundo Oliveira (2005) durante a VIII Reunião de consulta da OEA, que ocorreu em 1962, o Brasil se mostrou contrário às sanções econômicas e diplomáticas que estavam sendo impostas à Cuba e que a levaria ao isolamento. Obviamente que esse posicionamento compromete a forma como o Brasil passa a ser visto pelos Estados Unidos.

Cabe um parêntese para expor um trecho do discurso proferido pelo ministro San Tiago Dantas durante a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA em que o ministro deixa subentendido os preceitos que embasam a política externa brasileira;

Não há, por isso, no sistema interamericano, que não seja obra da vontade dos Estados que neles se associam. A base da organização nacional tem sido e há de continuar a ser a independência política dos diferentes Estados de quem nem sequer uma mínima parcela foi alienada ou transferida a outro Estado ou à própria organização regional. Não há por isso exagero em dizer que a base primordial do sistema jurídico interamericano é o princípio da não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outros, princípios cuja obrigatoriedade se estende à própria organização e que só encontra seus limites nos casos de aplicação de medidas de manutenção da paz e da segurança expressamente autorizadas em tratados internacionais. (Dantas, San Tiago, 1962)

Além dos discursos, os jornais da época abordavam essa questão externa e davam foco às falas e decisões que refletem o viés da política externa brasileira. O Jornal Correio Paulistano elaborou uma matéria acerca do contexto externo dando destaque para a questão cubana e para o posicionamento do Brasil. Em uma das matérias elencadas no jornal há o seguinte título; **Ninguém levará o Brasil à**

intervenção em Cuba. O conteúdo da matéria expressa as decisões políticas que estavam sendo tomadas e a definição dos rumos da política externa brasileira.



Em relação a esse contexto relacionado à influência dos Estados Unidos na América Latina, Franchini Neto (2005) pontua que as relações anteriores à 1945, foram marcadas por intervenções diretas dos Estados Unidos, principalmente na região caribenha. Também houve atuações indiretas bem como pressões econômicas ou favorecimento de determinados grupos políticos.

A relação com os Estados Unidos também deu sinais de desgastes durante o governo de Juscelino Kubitschek que assim como Vargas buscou barganhas e tinha por intuito o desenvolvimento nacional só que mais pautado pela abertura para o capital internacional. Ao lançar a Operação Pan-Americana (OPA) em 1958, com intuítos integracionistas e no ensejo de buscar reverter o subdesenvolvimento latinoamericano e os problemas estruturais com o apoio financeiro dos Estados Unidos tem-se pouca aplicabilidade prática dessa proposta. Isto porque os Estados Unidos demonstraram interesse maior em investir no plano de arrefecer o surgimento de ameaças comunistas. Os Estados Unidos tinham em mente executar um projeto próprio voltado para a região que fosse direcionado para o desenvolvimento, mas que fosse em conformidade com os seus interesses. Denominado de Aliança para o Progresso e lançado no ano de 1961 na reunião de *Punta del Este*, no Uruguai, acabou não interessando aos países da América Latina, pois os propósitos que se diziam dispostos a realizar reformas, na verdade, explicitavam a contenção do nacionalismo e dos movimentos de esquerda que cresciam na região. Sendo assim, a Aliança parecia ser mais uma

propaganda e mais um meio de demonstração do poder dos Estados Unidos sobre a região da América Latina.

Diante dessas circunstâncias, tem-se então que a atitude do governo brasileiro e a resposta estadunidense indiferente às problemáticas latino-americanas - ao apresentar um projeto autocentrado e não pensado de fato para a região - influenciaram nas posturas adotadas adiante pelos governos posteriores que deram contornos mais delineados da política externa independente.

No contexto do Brasil, o posicionamento do país em relação a essa questão da Aliança e a questão de Cuba demonstrou o comprometimento de seguir os princípios da autodeterminação e da não intervenção que garantem o reconhecimento da soberania dos países e mostra uma postura mais consciente acerca dos interesses dos Estados Unidos.

3.1 Busca por parcerias no âmbito global

No que tange as relações com os países aversos ao lado capitalista chefiado pelos Estados Unidos como URSS e China, Cervo & Bueno (2002) analisam que o que mais marcou a política de Jânio Quadros junto com Afonso Arinos, o ministro das relações exteriores, foi o restabelecimento das relações com a URSS.

Dantas (2011) explica que não havia afinidade política ou ideológica da parte de Jânio, mas sim o interesse em expandir o comércio e potencializar o desenvolvimento da região, pois as projeções econômicas apontavam que essa expansão geraria bons retornos para o país. Em relação à China, Jânio Quadros estabeleceu aproximações comerciais e para isso enviou João Goulart, o seu vice, para tratar da realização de negócios internacionais.

Reatar esses laços em meio ao contexto da Guerra Fria e buscar outros laços com o continente africano e com países sul-americanos é algo de fato significativo e que marca o governo de Jânio Quadros. Com isso, ele sofreu críticas da sua própria base política e dos demais setores conservadores devido a algumas das suas decisões para o âmbito da política externa. Durante o período em que ocorria a descolonização, Jânio deu indícios de aproximação com as nações africanas que estavam se estabelecendo no sistema internacional. O recém independente mundo afro-asiático era visto para o Brasil como forma de aumentar as exportações manufaturadas e melhorar as oportunidades econômicas do país.

A política em torno dessas conexões ainda não estava bem estruturada, pois se tratava de uma política de aproximação que suscitou conexões mais concretas em momentos posteriores. Ainda assim, ações como a abertura de embaixadas foram significativas e foram dando novas molduras para as relações. Além desses aspectos, também havia a preocupação de enfrentar o subdesenvolvimento no qual o Brasil e tantos outros estavam inseridos em condições de acentuadas discrepâncias econômicas. Tinha-se a convicção de que o Brasil sozinho não teria forças para combater o complexo quadro de desigualdades. Oliveira (2005, p.94) analisa essa questão afirmando que; “considerava-se que o subdesenvolvimento era o principal desafio no mundo pós-guerra e que seria vital, para o próprio interesse nacional, um esforço global com vistas à aceleração da taxa de crescimentos econômicos das nações subdesenvolvidas”

Com a renúncia de Jânio Quadros, o vice João Goulart deveria assumir, mas esse processo de sucessão foi marcado por muitos embates, pois Goulart tinha ligações com as forças nacionalistas. Isso desagradava boa parte dos setores políticos tanto que houve muitas articulações, incluindo, a mudança no sistema político para o parlamentarismo. João Goulart deixou como marca, um governo centrado nas reformas de base, e no âmbito da política externa ele contou o apoio de San Tiago Dantas. Em geral, acabou mantendo muitas das decisões tomadas pelo seu antecessor, inclusive em relação à Cuba, e ainda buscou direcionar esforços para concretizar uma política nacionalista que superasse o subdesenvolvimento.

O Brasil não se opôs a decisão de Cuba de buscar emancipação e de se colocar como crítico mais ferrenho da intromissão e altivez dos Estados Unidos em relação a região da América Latina. Em certo sentido, o Brasil não se importou com os interesses dos Estados Unidos - que faziam objeções ao possível domínio comunista na região - e defendeu, portanto, a não interferência e teve respeito pelo posicionamento mais revolucionário de Cuba.

O Brasil partia do entendimento que os dois países deveriam tratar das suas próprias questões, ou seja, sem envolver e cobrar intromissão de outros países e agindo em conformidade com os interesses bilaterais entre ambos. Desta forma, alguns desses posicionamentos foram importantes para o Brasil conseguir expressar as suas orientações e debater questões presentes na ordem internacional. Mas por outro lado essa postura trouxe como consequência a insatisfação dos Estados Unidos sobre o Brasil.

Os esforços também se voltavam para que o país pudesse construir suas relações exteriores com mais independência e abertura de modo que pudesse reatar relações diplomáticas e buscar aproximações com outros países. Os Estados Unidos eram os principais parceiros econômicos do Brasil, além disso, também exerciam muita influência na América Latina como um todo. Mesmo assim não era mais cabível o país se confinar em uma relação especial com os Estados Unidos enquanto este país, nesse momento, não demonstrava interesse em proporcionar suportes financeiros aos países latinos em crise.

Do ponto de vista econômico, para alguns setores industriais, a política seguir pelo eixo diretamente alinhado ao americanismo poderia trazer riscos em relação a estagnação do setor. A proposta da política externa em meio aos elementos econômicos era manter as parcerias já firmadas com os Estados Unidos, Europa Ocidental e buscar intensificar as parcerias econômicas com os países socialistas e da América Latina. (Cervo & Bueno, 2002).

Conforme visto, o Brasil se mostrou politicamente mais alinhado ao plano universalista ao invés do americanismo onde o que se buscava não era ligações diretas com um dos blocos, mas sim expandir as relações e diversificar suas parcerias no âmbito do comércio e da indústria. Diante disso, ocorreram aproximações relevantes entre os países do continente africano e países da América do Sul como, por exemplo, a Argentina. Neste ponto, o Brasil buscava atuar na intenção de fazer as ligações pertinentes entre países desenvolvidos e os países que estavam emergindo no sistema internacional (Fonseca, Jr, 1998).

Essas conexões foram importantes para deslanchar iniciativas de união regional que começaram a estar cada vez mais presentes na agenda externa e a se concretizar em termos de decisões, pois ao longo do tempo a integração regional figurou como uma das principais matrizes de inserção internacional do Brasil.

No decorrer do século XX, o fortalecimento desses laços entre os países latino-americanos foi fundamental para que estes adquirissem mais força - em termos de discurso - no sistema internacional. Nesse sentido, o Brasil buscou estar à frente desses investimentos e fez dessa pauta regional e da liderança um dos principais objetivos da política externa brasileira.

No final das contas, nesse momento, a política externa brasileira estava deveras envolvida em projetar o país internacionalmente e não de se submeter de forma automática à grande potência e em buscar uma autonomia (sem sofrer controles e

ingerências diretas das nações dominantes), mesmo sendo esta autonomia difícil de ser alcançada.

Esse alcance requer certas capacidades, às quais o Brasil ainda ensaiava, pois, as condições socioeconômicas não eram tão favoráveis para dispor suas vontades, e por isso o país não estava totalmente isento das imputadas restrições internacionais inseridas nos contextos externos assimétricos.

4.Considerações Finais

Conforme apontado ao longo da discussão, a política externa brasileira é uma política de Estado e não uma política de governo e por conta disso apresenta continuidades em relação aos princípios. A política externa independente foi sendo gestada na esteira do projeto nacional-desenvolvimentista e por isso esses projetos estavam imbricados. Ao discutir o contexto doméstico e as crises internas é possível ter a noção de como os fatores internos podem exercer influência na política exterior assim como os elementos ideológicos podem incidir na política exterior. Os fatores internos tiveram relevância nos contornos dessa política por vários contextos e fatores que aqui foram abordados.

No decorrer da discussão acerca dos contextos internos percebeu-se que esses foram marcados pelas polarizações. Percebeu-se ainda que o nacionalismo econômico baseado no desenvolvimento autônomo e na própria busca pela redução da dependência externa foram o cerne e os vetores que condicionaram a política externa independente. Esta que ocorreu em meio ao contexto político de pressão por reformas sociais e econômicas capazes de melhorar as condições de vida da população. Tudo isso diante de um cenário de crise política interna entre diferentes setores sociais e políticos ávidos por mudanças. Desta forma, todos esses elementos redundaram em crises de governabilidade e de fragilidades tiveram fortes impactos tanto no quadro político como no quadro econômico que refletiram externamente.

Os elementos externos, tais como, o momento de pressão por alinhamento durante a Guerra Fria impunha desafios diplomáticos ante as polarizações. Em outro plano, a descolonização e independência das colônias na África e Ásia colocou em tela o respeito à autodeterminação dos povos e abertura para a diversificação de parcerias e por caminhos alternativos e menos polarizados.

Sob outros ângulos, a análise que se faz é que a partir dos direcionamentos da política externa independente lançaram-se bases importantes que abriram caminhos para alterar algumas estruturas da política externa brasileira, mesmo em face da implantação de um regime militar. Isso em termos de redefinição de compromissos no rumo para que o país seguisse pelo objetivo de alargar e diversificar suas parcerias. Isso se deu à medida em que o Brasil expõe para os Estados Unidos e para os demais países o redirecionamento da sua política externa no rumo para a autonomia.

Além disso, houve o despertar para noções acerca das desigualdades presentes no sistema internacional e da necessidade dos países subdesenvolvidos juntarem esforços para enfrentar e buscar modificar esse cenário. Também demonstra o despertar para a importância do seu papel dentro desse sistema de interdependência mundial. Ou seja, essa autoimagem denota a percepção de mudança do país em relação a possibilidade de se inserir e protagonizar papéis no cenário internacional.

Esse despertar, que expressa mais racionalidade moldada pelo paradigma desenvolvimentista foi importante para o país não só ensaiar a amenização da relação “especial”, no sentido de ser menos diretamente compromissada com os Estados Unidos, mas também ensaiar as linhas de ação e estabelecer as bases para atuações mais autônomas e condizentes com o perfil e com a capacidade do Brasil.

Nesse sentido, o universalismo é instrumentalizado para gerar ganhos internacionais por meio das relações ensejadas com a Europa Ocidental e Japão e pela maior aproximação com a África, Ásia e o Oriente Médio. As buscas por novas alternativas com parcerias estratégicas redimensionam a base da política exterior brasileira que fixa o vetor universalista para instrumentalizar as ações no âmbito externo, imprimir o plano desenvolvimentista e ensaiar protagonismos internacionais.

Referência bibliográfica

Caderno CHDD. Ano V, número 8, 2006.

Caderno CHDD, ano VI, número 11, 2007.

CATERINA, Gianfranco. **Um grande desafio**: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985). (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CERVO, Amado.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Edição ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, v.28, p.121-145, 2009.

DOMINGOS, Charles Sirdata Machado. As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart (1961-1964): Leituras sobre a Política Externa Independente. **Revista Aedos**, Porto Alegre, n.8, v.3, jan-jun, 2011.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Jorge. (org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. Um brinde ao imprevisível. In:_____. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FONSECA JR. Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: Poder e ética entre as Nações**. 2ª ed. São Paulo, Paz & Terra, 1998.

FRANCO, Álvaro da Costa. **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. I Brasília: Editora FUNAG, 2007.

GOULART, João. Desenvolvimento e Independência. Discursos 1 (1961). Brasília: IBGE, 1962.

GEHRE, Thiago. **América do Sul: A ideia brasileira em marcha**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

GOULART, João. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. MARCELINO, Wanille Brito (org.). Brasília: Editora FUNAG, 2007.

HOBBSAWM. Eric. **A era dos extremos**. 2ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

KHALIL, Suhayla; ALVES, Vágner Camilo. Ideias e Política Externa: As relações do Brasil com o terceiro mundo durante o governo Castelo Branco. **Contexto Internacional**, v.36, n.2, p. 683-708, 2014.

LARA, José Victor. Um novo paradigma? A Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. **Revista Espaço Acadêmico**, v.18, 2018.

LESSA, Antônio Carlos. A historiografia das relações internacionais do Brasil sob a República Liberal Democrática. In: FONSECA JÚNIOR, Gelson. (Org) **História e Historiografia da Política Externa Brasileira**. Brasília, FUNAG, 2023.

MANZUR, Tânia Maria P.G. A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio. **Lua Nova**, São Paulo, 93, p.169-199, 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1962.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, **Viagem do Presidente João Goulart ao Chile e ao Uruguai**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

NETO, Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de *Punta del Este* de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48, n.2, p.129-151, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**, São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

SILVA, Aline de Vasconcelos. **O Projeto Nacionalista de João Goulart: Análise dos Discursos de 1961 a 1964**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

TOLEDO, Caio. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 47, 2004 (Pg. 13 - 28). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002> Acesso em: 10 abr. 2024.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações Internacionais e desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis, Vozes, 1995.

_____ O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.1, n.37, p.24-36, 1994.